



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Gabinete do Ministro da Fazenda  
Assessoria para Assuntos Parlamentares  
Coordenação de Demandas Parlamentares  
Esplanada dos Ministérios Bloco P, Gabinete do Ministro - 5º andar - Bairro Esplanada dos Ministérios  
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2571 - e-mail aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Ofício SEI nº 20/2017/CODEP/AAP/GMF-MF

A Sua Excelência o Senhor  
Senador TASSO JEREISSATTI  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos  
Senado Federal, Ala Alexandre Costa, sala 17-B  
Brasília - DF

Assunto: OF. CAE/SF nº 13/2017, de 28.03.2017

PLS 205/2010

Senhor Senador,

Referindo-nos à correspondência acima indicada, encaminhamos a Vossa Excelência, de ordem do Sr. Ministro, cópia do Mémorando nº 605/2017-RFB/Gabinete, de 30.08.2017, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei do Senado nº 205/2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu.

Respeitosamente,

**BRUNO TRAVASSOS**

Assessor Especial do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Bruno Pio de Abreu Travassos, Assessor(a) Especial, em 23/10/2017, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

Memorando nº 605/2017 – RFB/Gabinete

Brasília, 30 de Agosto de 2017.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Memorando nº 10.176AAP/GM-MF, de 5 de abril de 2017 – Ofício 13/2017/CAE/SF – Pedido de informação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado – PLS 205/2010.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 161, de 28 de agosto de 2017, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que responde parte do Ofício em epígrafe.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*  
JORGE ANTONIO DEHER RACHID  
Secretário da Receita Federal do Brasil

Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil  
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bl. P, 7º andar, CEP 70048-900 – Brasília-DF  
[www.rfb.gov.br](http://www.rfb.gov.br)

Documento de 1 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP30.0317.22356.4IVV. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



Ministério da Fazenda

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por THAIS CORSETE ROCHA em 30/08/2017 12:01:00.

Documento autenticado digitalmente por THAIS CORSETE ROCHA em 30/08/2017.

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO DEHER RACHID em 30/08/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 30/08/2017.

### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP30.0817.22356.4IVV

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:  
14DC4C7FDA5EF022730A1714F0097B30ABC9144D71C71A9EFC80A3395EE14BFD



**Nota CETAD/COEST nº 161, de 28 de agosto de 2017.**

**Interessado:** Gabinete da Secretaria da Receita Federal.

**Assunto:** PLS 205 de 2010 – Desoneração do Protetor Solar.

E-Processo nº 10030.000395/0617-72

Trata-se de Nota para estimar o impacto orçamentário financeiro decorrente da aprovação do Projeto Lei do Senado nº 250, de 2010, que estabelece alíquota zero da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a importação de protetor solar e sobre as receitas decorrentes da sua venda no mercado interno.

2. De acordo com a proposta apresentada, o objetivo da proposição é reduzir o preço ao consumidor e ampliar a prevenção ao câncer de pele. Tal desoneração, ainda segundo a proposta, será compensada com a redução dos gastos públicos decorrentes do tratamento da neoplasia. O Projeto Lei em análise, propõe as seguintes modificações legislativas:

*"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido de inciso com a seguinte redação:*

*"Art. 1º .....*

*.....XLIII – preparados antissolares, exceto os que possuam propriedades de bronzeadores, classificados no código 3304.99.90 Ex 02 da Tipi.*

*....." (NR)*

*Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 1º A Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS devidas pelas pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01; 30.03, exceto no código 3003.90.56; 30.04, exceto no código 3004.90.46; e 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06 e no código 3304.99.90 Ex 02; nos itens 3002.10.1; 3002.10.2; 3002.10.3; 3002.20.1; 3002.20.2; 3006.30.1 e 3006.30.2; e nos códigos 3002.90.20; 3002.90.92; 3002.90.99; 3005.10.10; 3006.60.00; 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01; 3401.20.10; e 9603.21.00; todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660,*

*de 23 de dezembro de 2011, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:*

*I – .....*

*b) produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 33.03 a 33.07, exceto na posição 33.06 e no código 3304.99.90 Ex 02, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 96.03.21.00; 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) e 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento); e*

*..... " (NR)*

*Art. 3º O § 2º do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 8º .....*

*§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06 e no código 3304.99.90 Ex 02; e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01; 3401.20.10; e 9603.21.00; são de:*

*..... " (NR)*

*Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."*

3. O cálculo do impacto orçamentário-financeiro foi baseado em dados do Sistema Aduaneiro da Receita Federal do Brasil e do SPED. Conforme esses dados, a renúncia estimada é da ordem de R\$ 302,27 milhões de reais para o ano de 2018, R\$ 319,41 milhões de reais para o ano de 2019, R\$ 338,31 milhões de reais para o ano de 2020.

#### PL 205 de 2010 - Renúncia no Protetor Solar

	R\$ Milhões		
Impacto PLS 205/10	2018	2019	2020
Importação	39,67	41,92	44,40
Mercado interno	262,60	277,50	293,91
<b>TOTAL</b>	<b>302,27</b>	<b>319,41</b>	<b>338,31</b>

São estas as considerações pertinentes.

*Assinado digitalmente*

**RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO**  
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

*Assinado digitalmente*  
**ROBERTO NAME RIBEIRO**  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da COEST

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

*Assinado digitalmente*  
**CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS**  
Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 28/08/2017 12:32:00.

Documento autenticado digitalmente por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 28/08/2017.

Documento assinado digitalmente por: ROBERTO NAME RIBEIRO em 29/08/2017, CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 29/08/2017 e RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO em 28/08/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 30/08/2017.

### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP30.0817.22356.NEK2**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**AB133C995B400ECDC675AF26EDA1E8408F289A068B4B951CEB6D63A43F30D340**